

# Resumo Executivo - [PL n° 3101 de 2015](#)

**Autor:** Júlia Marinho (PSC/PA)

**Apresentação:** 23/09/2015

**Ementa:** Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos produtores e trabalhadores rurais trazidos pelo INCRA para os projetos de colonização implantados pelo Governo Federal ao longo dos trechos das BR-163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974.

**Orientação da FPA:** Favorável ao projeto

Comissão	Parecer	FPA
<b>Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)</b>	Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Bohn Gass.. Parecer do Relator, Dep. Professor Victório Galli (PSC-MT), pela aprovação, com substitutivo. <a href="#">Inteiro teor</a>	Favorável ao parecer do relator
<b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b>	Aprovado por Unanimidade o Parecer.. Parecer da Relatora, Dep. Conceição Sampaio (PP-AM), pela aprovação deste, com substitutivo. <a href="#">Inteiro teor</a>	Favorável ao parecer do relator

## Principais pontos

- Concede pensão vitalícia de R\$ 1.500,00 mensais aos produtores e trabalhadores rurais que trabalharam nos projetos de colonização implantados pelo Governo Federal ao longo das BR 163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974.
  - É transferível aos dependentes, observada a legislação vigente, e não pode ser acumulada com outros benefícios da previdência social.
  - O seu valor será reajustado nas mesmas datas e pelos mesmos índices, periodicamente, conforme o regime geral da previdência.

## Justificativa

- O governo prometeu fornecer infraestrutura e dar o apoio necessário aos colonos, no entanto, deixou-os praticamente abandonados à sorte.
- É medida justa e necessária a criação de uma pensão especial para reparar as expectativas frustradas dessas pessoas ludibriadas pelo não cumprimento das promessas do Governo Federal.
- Estima-se que 10 mil pessoas serão beneficiadas com a concessão da pensão especial de que trata o projeto.
- Tendo em vista que o governo não cumpriu a sua função de dar condições necessárias aos trabalhadores e agricultores à época, tal reparação é necessária e, portanto, a FPA é favorável a proposta